Resposta aos questionamentos e sugestões da empresa INETUM

• Documento – ANEXO_VI - CADERNO_DE_ESPECIFICACOES___Parte_1___Servicos_Mensais "72fc58c3-b71a-3b8a-5a96- 5a6c9d0ca7d6.pdf" Item 1.14. Câmera fixa 360° com lente tipo fisheye - Serviço continuado de locação, inclusive manutenção. Referente ao item 1.14.7.18 - por se tratar de uma câmera com visualização 360°, a mudança de direção solicitada não se faz utilizável., retirar item.

Não existe item com essa numeração na última versão publicada do documento. É possível que a empresa esteja analisando uma versão desatualizada. Esse ponto específico havia sido questionado pela empresa em janeiro e já havia sido ajustado desde a publicação mais recente. (Felipe/DEA)

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 "72fc58c3-b71a-3b8a-5a96-5a6c9d0ca7d6.pdf" - itens 1.19 e 1.20 páginas 68 e 69 - incluir que no momento inicial do contrato, todas os equipamentos se encontrarão funcionais, ou seja, todas estarão operantes.

Desde a última publicação do Caderno de Especificações, foram incluídos os seguintes itens, que resolvem a possibilidade aventada pela empresa de que um equipamento existente a ser operado não esteja em funcionamento:

1.19.5.4. Caso, durante a manutenção corretiva, **ou a qualquer tempo,** a CONTRATADA identifique que o custo de conserto do equipamento é superior a 50% do custo de aquisição de um equipamento novo equivalente ou sucessor, deverá informar à CONTRATANTE, que definirá sobre a viabilidade de retirar o equipamento do parque e/ou de acionar a CONTRATADA para que ela forneça equipamento substituto mediante acionamento de outros itens desta contratação.

1.20.7.4. Caso, durante a manutenção corretiva, **ou a qualquer tempo,** a CONTRATADA identifique que o custo de conserto do equipamento é superior a 50% do custo de aquisição de um equipamento novo equivalente ou sucessor, deverá informar à CONTRATANTE, que definirá sobre a viabilidade de retirar o equipamento do parque e/ou de acionar a CONTRATADA para que ela forneça equipamento substituto mediante acionamento de outros itens desta contratação.

Entendo desnecessários ajustes adicionais ao documento. (Felipe/DEA)

• Documento – ""6df4d671-5723-f983-34b1-4b444ac5d5d5.pdf" – "MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 113/2021 - LEI N. 14.133/2021" – antigo "SEI_TJSC - 6006696 - Minuta de Contrato" - página 20 item 2 - Verificar exequibilidade real de prazo de planejamento

OBS: fazendo uma avaliação criteriosa, entendemos que para cumprir a implementação dentro do cronograma estabelecido pelo TJSC, será necessário possuir 43 equipes de campo considerando que cada prédio deverá demandar 1 mês de implementação. Esse 1 mês de implementação, deverá conter as seguintes atividades: logística, gestão de materiais, gestão de equipes, planejamento de implementação, testes de funcionalidade de todos os equipamentos, dependência de disponibilidade da rede do TJSC e treinamento dos operadores do centro de operações. O TJSC deverá ter em contrapartida, equipe disponível para no mínimo gerenciar 43 coordenadores de implantação demandando aprovações e alterações do posicionamento dos equipamentos para a consultoria de segurança que deverá ser provida pelo TJSC em um prazo de 3 meses. Avaliando projetos similares no mercado, é um prazo inexequível tanto para a contratante quanto para a contratada. Sugerimos que esse prazo se estenda por 9 meses no mínimo e que as multas sejam retiradas para que não haja por parte das contratadas majoração de seus valores que devem considerar as multas por atraso.

A implantação da infraestrutura prevê a execução em quatro lotes, iniciando pelas edificações do 2º e comarca da Capital (prédios maiores, mas em menor quantidade de munícipios), comarcas de entrância especial (prédios maiores, mas em menor quantidade de munícipios), comarca de entrância final (prédios intermediários em quantidade intermediária de municípios) e comarcas de entrância inicial (prédios menores e maior quantidade de munícipios).

Salienta-se ainda que existe a possibilidade de terceirização dos serviços por parte da empresa contratada para a execução desta fração menos relevante do contrato.

Reforça-se que as etapas de aprovação dos croquis serão realizadas pelo Núcleo de Inteligência e Segurança e pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, e a execução será agendada e coordenada pelas Chefias das Secretarias de cada uma das edificações, havendo a possibilidade de serem executadas simultaneamente nas comarcas.

Quanto ao efetivo necessário a empresa participante do procedimento licitatório deverá prever equipe suficiente para a execução, assim como para a coordenação de todos os serviços, podendo prever serviços em horários extraordinários, desde que sem custo adicional ao PJSC.

No tange aos fatos supervenientes que porventura afetem os prazos de liberações de frentes, e consequentemente a execução por parte da empresa contratada, informo que esses por força de lei devem ser considerados em eventuais abonos ou prorrogações, neste momento sendo impossível prever tais paralisações.

A execução em lotes foi prevista numa etapa menor no 1º lote justamente para que a empresa utilize as lições apreendidas para as programações dos demais lotes. (EVERTON/DEA)

• Documento - – ““6df4d671-5723-f983-34b1-4b444ac5d5d5.pdf” – “MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 113/2021 - LEI N. 14.133/2021” – “SEI_TJSC - 6006696 - Minuta de Contrato” - página pág. 20 item 3 - Verificar exequibilidade real de prazo de implantação

OBS: fazendo uma avaliação criteriosa, entendemos que para cumprir a implementação dentro do cronograma estabelecido pelo TJSC, será necessário possuir 43 equipes de campo considerando que cada prédio deverá demandar 1 mês de implementação. Esse 1 mês de implementação, deverá conter as seguintes atividades: logística, gestão de materiais, gestão de equipes, planejamento de implementação, testes de funcionalidade de todos os equipamentos, dependência de disponibilidade da rede do TJSC e treinamento dos operadores do centro de operações. O TJSC deverá ter em contrapartida, equipe disponível para no mínimo gerenciar 43 coordenadores de implantação demandando aprovações e alterações do posicionamento dos equipamentos para a consultoria de segurança que deverá ser provida pelo TJSC em um prazo de 3 meses. Avaliando projetos similares no mercado, é um prazo inexequível tanto para a contratante quanto para a contratada. Sugerimos que esse prazo se estenda por 9 meses no mínimo e que as multas sejam retiradas para que não haja por parte das contratadas majoração de seus valores que devem considerar as multas por atraso.

A implantação da infraestrutura prevê a execução em quatro lotes, iniciando pelas edificações do 2º e comarca da Capital (prédios maiores, mas em menor quantidade de munícipios), comarcas de entrância especial (prédios maiores, mas em menor quantidade de munícipio), comarca de entrância final (prédios intermediários em quantidade intermediária de municípios) e comarcas de entrância inicial (prédios menores e maior quantidade de munícipios).

Salienta-se ainda que existe a possibilidade de terceirização dos serviços por parte da empresa contratada para a execução desta fração menos relevante do contrato.

Reforça-se que as etapas de aprovação dos croquis serão realizadas pelo Núcleo de Inteligência e Segurança e pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, e a execução será agendada e coordenada pelas Chefias das Secretarias de cada uma das edificações, havendo a possibilidade de serem executadas simultaneamente nas comarcas.

Quanto ao efetivo necessário a empresa participante do procedimento licitatório deverá prever equipe suficiente para a execução, assim como para a coordenação de todos os serviços, podendo prever serviços em horários extraordinários, desde que sem custo adicional ao PJSC.

No tange aos fatos supervenientes que porventura afetem os prazos de liberações de frentes, e consequentemente a execução por parte da empresa contratada, informo que esses por força de lei devem ser considerados em eventuais abonos ou prorrogações, neste momento sendo impossível prever tais paralisações.

A execução em lotes foi prevista numa etapa menor no 1º lote justamente para que a empresa utilize as lições apreendidas para as programações dos demais lotes. (EVERTON/DEA)

• Documento - – ““6df4d671-5723-f983-34b1-4b444ac5d5d5.pdf” – “MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 113/2021 - LEI N. 14.133/2021” – “SEI_TJSC - 6006696 – Minuta de Contrato” - página 20 item 6 – Alterar item, pois a contratada não é responsável por todas as etapas da solução integrada de videomonitoramento, como por exemplo a conectividade, estações de trabalho do CCO e a solução de backup. O item precisa estar claro em relação a multa apenas do que é ofertado pela contratada e não o sistema completo.

(OBS: Esse texto tem que ser revisado baseado em alguns critérios:

• Servidores locais – quantidade 133 equipamentos – os quais não dispõem de uma arquitetura de alta disponibilidade. Podemos citar como exemplo: fontes redundantes, placas de redes redundantes, servidores com arquitetura de “load balance”, storage com solução RAID tipo 1, 5, 10 e 0. Essas arquiteturas garantem um percentual de operação que pode ser 95% a 99,9%.

O Caderno de especificações - Parte 1 exige:

1.7.6. O Servidor local deverá ser implantado com **redundância de fonte de alimentação**.

1.7.9. Os discos rígidos do Servidor local deverão estar ligados em **esquema RAID-5**, no mínimo.

Em relação a servidores redundantes, foram previstos em planilha de quantitativo somente para as edificações mais importantes, devido ao alto custo que impõem.

As placas de rede redundantes serão exigidas a partir da versão atualizada do material.

Em todo caso, a empresa deverá prover o Item 1.2. Servidor de monitoramento de ativos de rede (NMS), somente software - Serviço continuado de locação, inclusive manutenção. Esse componente será fundamental no esclarecimento de quais itens estarão com ou sem conectividade em tempo real, e devido a quais falhas. Nesse sentido, cabe à CONTRATADA avaliar os riscos de manter ou não itens adicionais de redundância, além dos já previstos em edital, para garantir a disponibilidade do sistema durante o maior tempo possível.

Alteração realizada somente em relação às placas de rede, item 1.7.6.

(Felipe/DEA)

• O link de comunicação entre os servidores locais e o centro de operações é um ponto de falha que não pode ser gerenciado pela contratada. E esta regra não está clara para efeito da penalização.

Em relação aos links de longa distância, de fato, serão gerenciados pela CONTRATANTE. Entretanto, eles estarão sujeitos a um monitoramento duplo:

1. Monitoramento existente de rede, de responsabilidade da CONTRATANTE.
2. Monitoramento provido pelo item 1.2 do contrato, de responsabilidade da CONTRATADA e visível à CONTRATANTE.

Ambos os sistemas serão capazes de gerar relatórios detalhados, com informações que identificam os momentos de queda e de retomada da comunicação em cada ponto do sistema. Esses relatórios serão usados para distinguir quais falhas serão de responsabilidade da CONTRATANTE e quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Além disso, todos links contam com múltiplas conexões físicas redundantes já instaladas e em uso.

Dessa forma, se esclarece que uma eventual falha em link de longa distância, embora não deva ser suficiente para cortar a comunicação do sistema, será duplamente monitorada. Em caso de ser uma falha de responsabilidade do TJ, não será repassada à CONTRATADA.

Sem ajustes no material.

(Felipe/DEA)

• O edital define que o modelo de backup que será feito entre os servidores locais (sem alta disponibilidade) e a central de operações deverá ser definida em projeto. Portanto, é um risco que poderá implicar no custo de projeto devido a perda de imagem que poderá ocorrer devido a falta desse critério antecedente ao projeto.

O Caderno de Especificações prevê:

1.7.3 O servidor de gravação de localidade deverá contar com memória não-volátil suficiente para implementar backup local das gravações, de acordo com política apropriada para sistemas de videomonitoramento.

1.7.9 Os discos rígidos do Servidor local deverão estar ligados em esquema RAID-5, no mínimo.

Há, ainda, previsão de redundância de gravação nos cartões SD de borda, para o caso de falhas de comunicação de rede, ou múltiplas falhas de hardware no servidor.

A arquitetura física e lógica da realização de backups, incluindo a divisão das tarefas em uma ou mais máquinas físicas ou virtuais, o número de discos em cada máquina física e o tamanho de cada disco fica a cargo da CONTRATADA.

Sem ajustes no material. Considera-se que os requisitos já publicados atendem à necessidade da CONTRATANTE.

(Felipe/DEA)

• Sobre as imagens que deverão ser mantidas, não está claro se:

o São todas as imagens gravadas nos servidores locais nos prédios do TJSC;

o São as imagens gravadas no CCO das incidências que ocorreram, que deverão ser mantidas durante todo o período contratual.

o Qual é o critério de sobreposição de imagens após os 30 dias de gravação. Diante dos pontos críticos apresentados acima, sugerimos que a multa seja aplicada sob um percentual de perda de imagens por ano, como por exemplo 5% no máximo aceitável. Caso o TJSC entenda que esse percentual não é aceitável, deve rever a arquitetura definida para os servidores locais.)

A totalidade das imagens gravadas ficará armazenada nos Servidores Locais, com prazo de 30 dias para eliminação:

1.7.7 Cada Servidor local deverá gravar no mínimo 30 dias de imagens;

Após esse prazo, podem ser removidas imagens com base no critério cronológico, sem prejuízo da evolução dos critérios de rotação à medida em que a curva de experiência com o sistema for adquirida. Esse entendimento será incluído na versão atualizada do Caderno de Especificações.

Os backups dessas imagens, igualmente, ficarão armazenados nos servidores locais:

1.7.3 O servidor de gravação de localidade deverá contar com memória não-volátil suficiente para implementar backup local das gravações, de acordo com política apropriada para sistemas de videomonitoramento.

Somente as imagens referentes a incidentes serão transmitidas para armazenamento na Central de Monitoramento. Estas deverão estar disponíveis para cópia por pessoal autorizado e deverão permanecer armazenadas até o fim do contrato, inclusive com backup.

1.1.4.11. Este item do contrato proverá o armazenamento secundário de, tão-somente, cópias pontuais de trechos de vídeo ou imagens referentes a incidentes ocorridos, ou que atendam a interesse ocasional da CONTRATANTE. O efetivo armazenamento do grande volume de dados de vídeo e imagem das edificações será provido, de maneira distribuída, pelo item 1.7 - Servidor de Gravação de Localidade, respeitando o prazo mínimo de retenção e a qualidade mínima ali definidos.

(Felipe/DEA)

• Documento – ““6df4d671-5723-f983-34b1-4b444ac5d5d5.pdf” – “MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 113/2021 - LEI N. 14.133/2021” – “SEI_TJSC - 6006696 - Minuta de Contrato” - página 20 item 9.1 e SEI_TJSC – 6006507 – Edital, página 4 – item 57.2 VIII: “6df4d671-5723-f983-34b1-4b444ac5d5d5.pdf” – “MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 113/2021 - LEI N. 14.133/2021” página 8 item VIII”

Sugestão de texto para alteração: “Atestado (s) de Capacidade Técnica-operacional, devidamente acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) com registro emitida pelo CREA fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa Licitante prestou ou esteja prestando, satisfatoriamente, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, consistente na prestação de serviços de implantação e manutenção de Sistema de Videomonitoramento IP, composto por no mínimo 1000 câmeras federadas e solução de gravação de vídeo em rede (VMS), podendo ser em appliance;

a) não será admitido o somatório de atestados para comprovação da quantidade mínima de câmeras;” (OBS: Sendo um projeto de segurança institucional do TJSC e com a abrangência de sensores totalizando 4399, aproximadamente, e mais de 56 mil elementos de monitoramento (servidores, switches, discos, memória, câmeras, central de alarmes, alarmes, sensores de presença, sirene, nobreaks etc.). Há um entendimento que é um projeto de grande relevância para as atividades finalísticas do TJSC e por esta razão, faz se necessário que as empresas que participem dessa concorrência, sejam capazes de implementar o projeto. Esta é uma habilitação técnica que deve ser

criteriosa para que não haja aventureiros no processo. As penalizações através de multas, sansões etc. não são critérios para a competência técnica das empresas e sim por desvios de atividades ou de serviços que deveriam ser executados durante a fase contratual.)

O texto da qualificação técnica será ajustado para atender parcialmente o questionamento quanto a dimensão dos sistema de videomonitoramento IP e sua pulverização em várias edificações.(EVERTON/DEA)

• Incluir na minuta de contrato e no caderno de edital o que acontecerá em casos de vandalismo, mau uso, furto ou roubo dos equipamentos instalados pela contratada. Como será o pagamento/ressarcimento a contratada e reposição de equipamento. Esse item é importante para o dimensionamento de custos das licitantes.

(OBS: Para que possamos exemplificar melhor esse item, quando se loca um bem com móveis, o proprietário efetua uma vistoria do estado em que foi entregue este móvel. Caso o locatário deprede ou haja uma depredação desse móvel por terceiros, a responsabilidade é do locador.)

A minuta de contrato estabelece:

> **11. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**
>
> **[...]**
>
> 11.40 Arcar com os prejuízos decorrentes de roubo, furto ou vandalismo perpetrado por terceiros, devendo repor equipamentos e restaurar o serviço imediatamente e sem ônus a CONTRATANTE.
>
> 11.41 Em caso de mau uso ou vandalismo perpetrado por integrante do seu corpo funcional, repor imediatamente equipamentos danificados, devendo protocolar pedido de indenização no endereço eletrônico nis.opr@tjsc.jus.br, acompanhado de três orçamentos.

• Divergência de informações ref. a POC:

No arquivo "SEI_TJSC - 6006696 - Minuta de Contrato.pdf" disponibilizado, na página 27, no anexo V, há a PLANILHA DE VERIFICAÇÃO TÉCNICA DA PROVA DE CONCEITO (POC). Nesse documento, ele dá a entender que as câmeras a serem fornecidas precisam ter o analítico embarcado, ou seja, o analítico já tem que estar na câmera "de fábrica", sem algo externo, sem ser uma solução. (prints 1 e 2)

Já no documento "ANEXO_VI-CADERNO_DE_ESPECIFICACOES___Parte_1___Servicos_Mensais", é permitido que a empresa forneça uma solução, como podemos citar como exemplo o item 1.14.8.1 (print 3).

A POC tem que estar de acordo com o que é permitido/solicitado. Se nas especificações técnicas é permitido ofertar uma solução baseada em câmeras e servidor local OU ofertar um sistema embarcado na câmera, a verificação de itens da Prova Técnica de conceito deve ser condizente com o solicitado. Ela permite que o cliente escolha a forma de análise por estar subjetiva.

SEI_TJSC - 6006696 - Minuta de Contrato.pdf - Adobe Acrobat Reader DC (64-bit)

15. Todos os requisitos listados abaixo compõem o Anexo II e o Caderno de Especificações.

Seq.	Descrição	Atende (S/N)
	A POC deverá apresentar, no mínimo: - O servidor VMS - O servidor PSIM - Um servidor local de gravação	

https://sei.tjsc.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6364712&infra_sist… 37/39

15/12/21, 14:23 SEI/TJSC - 6006696 - Minuta de Contrato

- Um switch de rede
- Uma câmera com analíticos básicos
- Uma câmera com foco variável
- Um dispositivo cliente
- Um botão de pânico
- Um sensor de alarme de intrusão
- Um alto falante IP apto para comunicação através do servidor VMS ou servidor PSIM com o local
- Um telefone IP para comunicação com ramal designado

Dispositivo cliente

O sistema deve permitir que o usuário crie um evento para atribuição automática a si próprio. O sistema deve assumir a propriedade de eventos não tratados. Esta ação é gerenciada por um privilégio específico.

O sistema deverá permitir amplo acesso aos registros às informações capturadas, estatísticas e outros dados

SEI_TJSC - 6006696 - Minuta de Contrato.pdf - Adobe Acrobat Reader DC (64-bit)

b) Recebimento de sinal ou mensagem de um sistema externo enviando uma condição de alarme ou evento, por exemplo, o sistema de leitura de placas ou botão de pânico ou detector de movimento;

O sistema deve exibir o relatório do alerta, seus detalhes, localização e vídeo relacionado em uma única tela.

Câmera com analíticos básicos

Deve ser demonstrada a comunicação entre o Sistema de Gestão de Incidentes e uma câmera IP;

A POC demonstra o funcionamento de geração de alerta a partir do cruzamento de barreira.

A POC demonstra o funcionamento de reconhecimento de pessoa e cor da roupa.

A POC demonstra o funcionamento de reconhecimento de veículo e cor do veículo.

Câmera com foco variável

A POC demonstra o funcionamento da alteração automática do foco da câmera.

Botão de pânico

A POC demonstra o funcionamento de geração de alerta e evento a partir do acionamento do botão de pânico.

Sensor de alarme de intrusão

A POC demonstra o funcionamento de geração de alerta e evento a partir do acionamento provocado do sensor de alarme de intrusão.

Alto-falante IP

A POC demonstra o funcionamento da comunicação entre o operador do Centro Integrado de Monitoramento com o local onde está instalado o alto-falante IP.

Telefone IP

A POC demonstra o funcionamento do telefone IP comunicando com ramal designado

ANEXO_VI-CADERNO_DE_ESPECIFICACOES__Parte_1__Servicos_Mensais.pdf - Adobe Acrobat Reader DC (64-bit)

filmagem (tentativa de sabotagem);

1.14.8 Requisitos mínimos de vídeo analíticos

1.14.8.1. A empresa poderá propor solução de analíticos baseados em Servidor Local ou em sistema embarcado na câmera, indistintamente. O pagamento deste item será feito mediante o ateste de que as imagens recebidas estão sendo analisadas automaticamente pelo sistema.

1.14.8.1.1. O sistema deve possuir recursos de gravação por detecção de movimento, permitindo a configuração de áreas onde o movimento deve ser detectado e gere alarme, e áreas onde o movimento não deve ser detectado, e não gere alarmes;

1.14.8.1.2. O sistema deve detectar e rastrear objetos e pessoas (face e corpo);

1.14.8.1.3. O sistema deve ignorar alterações ambientais, incluindo chuva, granizo, vento, árvores balançando e mudanças graduais de luz;

1.14.8.1.4. O sistema deve classificar objetos e pessoas (gênero, idade e cor da roupa);

1.14.8.1.5. O sistema deve detectar eventos do mecanismo de disparo;

1.14.8.1.6. O sistema deve detectar eventos do mecanismo de disparo em várias linhas;

1.14.8.1.7. O sistema deve detectar eventos de "entra", "sai", "aparece", "desaparece", "dentro de", "vadiagem", "deixa coisas para trás" e "leva consigo";

Concluímos que: a POC está subjetiva e não há elementos que comprovem com exatidão o que está sendo exigido no edital, de acordo com o que foi apresentado acima. Com esta subjetividade não haverá elementos claros para uma desclassificação ou qualificação de um determinado licitante, podendo causar prejuízos ao erário pela problemáticas de um sistema falho as atividades finalísticas

do TJSC, bem como causar custos desnecessários ao processo licitatório por uma prorrogação causada por recursos, contrarrecursos e judicialização.

Os analíticos deverão ser transparentes para o usuário. Não dever haver diferença do ponto de vista do usuário entre um sistema que rode analíticos embarcados ou em servidor local. Do Caderno de Especificações:

1.7.5 Fica a cargo da CONTRATADA a definição sobre realizar o processamento dos analíticos de vídeo básicos nas próprias câmeras ou no Servidor Local.

Na POC, será avaliado o funcionamento do conjunto servidor + câmera. Não existe a restrição de o analítico ser processado somente no hardware da câmera, embora isso seja possível.

Não será aceito, no entanto, o processamento de analíticos no servidor de videomonitoramento central, devido ao impacto que essa alternativa geraria no fluxo de rede e nos custos de um servidor único.

O texto da POC esclarecerá esse entendimento na nova versão.

(Felipe/DEA)

Diversos

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 - pág. 19, item 1.5.2 - Incluir demais parâmetros de assertividade em reconhecimento facial, por exemplo taxa de falso positivo e taxa de falso negativo * Para melhor equalização de propostas, sugerimos a inclusão de parâmetros de assertividade, como por exemplo "taxa de acerto acima de 95 % das faces capturadas, observando que a captura será em ambiente propicio, face frontal com angulação limite de 30 graus horizontal e de 30 graus vertical, rosto sem elementos de oclusão da imagem, como chapéu, óculos, máscara e em ambiente corretamente iluminado.

O texto da nova versão do Caderno de Especificações será ajustado para refletir esse requisito. Incluído item 1.5.2.4. (Felipe/DEA)

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 - pág. 19, item 1.5.2.3 "Deve suportar no mínimo 6 atributos de face" – * Solicitamos maior esclarecimento e exemplos sobre o que seriam atributos de face,

Exemplos de atributo de face: gênero, idade, óculos, expressões, máscara e barba. Texto do Caderno de Especificações alterado para esclarecer este ponto. Item 1.5.2.3. (Felipe/DEA)

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 - pág. 45, item 1.13.4 "... fornecimento de cartão SD com capacidade para armazenar, no mínimo, 2 dias de gravação da câmera" – - A volumetria de gravação depende de vários parâmetros como taxa de gravação, resolução, taxa de movimento etc., e não somente da quantidade de dias de gravação. Sugerimos a inclusão dos demais parâmetros de gravação, por exemplo, 1000 clipes de vídeo de 5 segundos de duração em resolução HD

Parâmetros ajustados na nova versão do Caderno, em consonância com os já definidos em 1.7.11. (Felipe/DEA)

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 - pág. 51, item 1.14.4 "... fornecimento de cartão SD com capacidade para armazenar, no mínimo, 2 dias de gravação da câmera" – - A volumetria de gravação depende de vários parâmetros como taxa de gravação, resolução, taxa de movimento

etc., e não somente da quantidade de dias de gravação. Sugerimos a inclusão dos demais parâmetros de gravação, por exemplo, 1000 clipes de vídeo de 5 segundos de duração em resolução HD

Parâmetros ajustados na nova versão do Caderno, em consonância com os já definidos em 1.7.11. (Felipe/DEA)

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 - pág. 59, item 1.15.4 "... fornecimento de cartão SD com capacidade para armazenar, no mínimo, 2 dias de gravação da câmera" – - A volumetria de gravação depende de vários parâmetros como taxa de gravação, resolução, taxa de movimento etc., e não somente da quantidade de dias de gravação. Sugerimos a inclusão dos demais parâmetros de gravação, por exemplo, 1000 clipes de vídeo de 5 segundos de duração em resolução HD

Parâmetros ajustados na nova versão do Caderno, em consonância com os já definidos em 1.7.11. (Felipe/DEA)

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 - pág. 65, item 1.16.4 "... fornecimento de cartão SD com capacidade para armazenar, no mínimo, 2 dias de gravação da câmera" – - A volumetria de gravação depende de vários parâmetros como taxa de gravação, resolução, taxa de movimento etc., e não somente da quantidade de dias de gravação. Sugerimos a inclusão dos demais parâmetros de gravação, por exemplo, 1000 clipes de vídeo de 5 segundos de duração em resolução HD

Parâmetros ajustados na nova versão do Caderno, em consonância com os já definidos em 1.7.11. (Felipe/DEA)

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 - pág. 71, item 1.17.5 "... fornecimento de cartão SD com capacidade para armazenar, no mínimo, 2 dias de gravação da câmera" – - A volumetria de gravação depende de vários parâmetros como taxa de gravação, resolução, taxa de movimento etc., e não somente da quantidade de dias de gravação. Sugerimos a inclusão dos demais parâmetros de gravação, por exemplo, 1000 clipes de vídeo de 5 segundos de duração em resolução HD

Parâmetros ajustados na nova versão do Caderno, em consonância com os já definidos em 1.7.11. (Felipe/DEA)

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 - pág. 81, item 1.18.5 "... fornecimento de cartão SD com capacidade para armazenar, no mínimo, 2 dias de gravação da câmera" – - A volumetria de gravação depende de vários parâmetros como taxa de gravação, resolução, taxa de movimento etc., e não somente da quantidade de dias de gravação. Sugerimos a inclusão dos demais parâmetros de gravação, por exemplo, 1000 clipes de vídeo de 5 segundos de duração em resolução HD.

Parâmetros ajustados na nova versão do Caderno, em consonância com os já definidos em 1.7.11. (Felipe/DEA)

• Documento – anexo VI caderno de especificações parte 1 - pág. 91, item 1.20.6 além do quantitativo de elementos, quais são os painéis de centrais de alarmes e qual a localização deles?

Durante a elaboração dos croquis, será realizada vistoria in loco para averiguação da possibilidade de integração das centrais de alarmes existentes. Em todo caso, deverá ser considerado o fornecimento de uma central de I/O para cada servidor local, dimensionada de acordo com cada edificação. Do caderno de especificações:

1.7.12 Este item deve compreender a central e tantos módulos de I/O quantos forem necessários para o perfeito funcionamento de todos os sensores de alarme de intrusão e de todos os botões de pânico

propostos no croqui da edificação a ser atendida. Para fins de dimensionamento, deve-se considerar os quantitativos estimados da contratação.

1.7.13 Para as edificações em que é previsto aproveitamento de câmeras e centrais de I/O existentes, há previsão de aproveitamento também dos servidores locais, baseados em Software Digifort. Se, em algum caso específico, se comprove a impossibilidade de integração de algum servidor local existente sem o fornecimento adicional de desenvolvimento de software, ficará a critério da CONTRATANTE, definir pelo abandono do Servidor existente em questão e/ou acionamento da CONTRATADA para fornecimento de unidade adicional deste item.

Sem alterações no material para contratação. (Felipe/DEA)

• Documento “minuta de contrato” 2bdbed45-09a2-8bb9-366e-73750fa59e14.pdf item anexo V subitem 5b e 6b – “...b) A POC demonstra a confiabilidade e robustez da conexão de dados entre o botão de...” não está claro qual central de I/O está sendo considerada no PoC. Solicitamos esclarecimento.

Conforme resposta ao item anterior, a proposta deve considerar o fornecimento de central de I/O para cada servidor de localidade. Essa é a central a ser considerada na POC. O texto da POC foi ajustado para esclarecimento deste item. (Felipe/DEA)